

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE ARARAQUARA

Edital 5/2026

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE ARARAQUARA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

(Processo Administrativo nº 058.00053976/2026-21)

- Administração Pública do Estado de São Paulo
- Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE
- Edital de Pregão
- Versão atualizada em: 09/01/2026

Torna-se público que o(a) Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara, por meio do(a) Setor de Finanças, sediado (a) Rua Padre Tarallo, nº 1323, Centro – Araraquara/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	180133-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE ARARAQUARA	DALMIR ROGERIO CAPUCCI	21/05/2026 14:59 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		058.00053976/2026-21

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de câmeras de monitoramento (CFTV) para a Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara – Sede e unidades policiais subordinadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. A(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação, deverá(ão) entregar todos os bens (câmeras e DVRs, incluindo os equipamentos, materiais e acessórios necessários ao seu pelo funcionamento) no **Almoxarifado da Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara/SP, situado à Rua Padre Duarte, número 1323, Centro, Araraquara-SP, CEP 14801-310**, em dias e horários previamente definidos pela Administração.

1.4. Posterior à entrega, **a(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação deverá(ão) realizar a instalação e configuração dos equipamentos nas unidades policiais do grupo correspondente**, cujos endereços constam no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, em dias e horários previamente agendados com a Administração e com a Autoridade Policial responsável pela unidade policial

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.2. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar

a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca/modelo;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do

Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DOS LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,5% (meio por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar

declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese do licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sfinancas.araraquara@policiacivil.sp.gov.br e pelo Portal PNCP

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação [ESP1] no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância na Resolução SSP nº 05/2026, datada de 03 de março de 2026, que segue como anexo neste Edital:

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de

2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo email: sfinancas.araraquara@policiacivil.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas <https://pncp.gov.br>, e serão publicadas no Diário Oficial do estado de São Paulo, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro

Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Igualmente, constitui condição para a contratação a indicação de Agência e Conta Bancária junto ao Banco do Brasil S/A, em nome do licitante para a realização de pagamento decorrente, atendendo, assim, critério de pagamento estabelecido pelo Decreto Estadual nº 62.867, de 03 de outubro de 2017

14.2.1.5. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1 O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou

recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

14.16.3. ANEXO III - Ato Normativo Sobre Sanções Aplicável[ESP5]

14.16.4. ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta;

14.16.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.16.5. ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia;

14.16.6. ANEXO VII – Planilha orçamentária;

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DALMIR ROGERIO CAPUCCI

Agente de contratação

FERNANDO LUIZ GIARETTA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 14:59:42.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Minuta Nota de Empenho.pdf (84.35 KB)
- Anexo II - Resolucao SSP 05-2026 - Sancoes.pdf (1.2 MB)
- Anexo III - Modelo Planilha de Proposta (1).pdf (185.24 KB)
- Anexo IV - Declaracao Trabalhista ANEXO V.docx (17.69 KB)
- Anexo V - Declaracoes Vistoria ANEXO VI.docx (19.98 KB)
- Anexo VI - Memoria de calculo .pdf (330.39 KB)
- Anexo VII - TR_180133-000062-2026 completo.pdf (713.79 KB)

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE ARARAQUARA

Termo de Referência 62/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
62/2026	180133-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE ARARAQUARA	FERNANDO LUIZ GIARETTA	21/05/2026 13:55 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		058.00053976/2026-21

1. Condições gerais da contratação

1.1. Aquisição de **câmeras de segurança** (CFTV), incluindo os equipamentos, materiais e acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, **com instalação e configuração** como encargos acessórios do fornecimento, visando à implantação de sistema de monitoramento nas dependências da Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara – Sede e Unidades Subordinadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

GRUPO 1 - REGIÃO DE ARARAQUARA						
ITENS	MATERIAL	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a	Compras 628194				

2	Central de Polícia Judiciária de Araraquara (1º Distrito Policial, 2º Distrito Policial, 3º Distrito Policial, 4º Distrito Policial)	BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
3	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Américo Brasiliense	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
4	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Boa Esperança do Sul	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
5	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Motuca	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
6	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Santa Lúcia	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
7	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Trabiçu	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
TOTAL						R\$ 60.707,99

GRUPO 2 - REGIÃO DE MATÃO E TAQUARITINGA

ITENS	MATERIAL	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Taquaritinga	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
9	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Cândido Rodrigues	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
10	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Dobrada	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
11	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Fernando Prestes	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
12	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) ao 1º Distrito Policial de Matão e Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Matão	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
TOTAL						R\$ 43.362,85

GRUPO 3 - REGIÃO DE IBITINGA

ITENS	MATERIAL	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Borborema	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
14	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Itápolis	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
15	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Nova Europa	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
16	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Tabatinga	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
TOTAL						R\$ 34.690,28

*Cada Kit contempla 08 (oito) câmeras de segurança, 01 (um) gravador digital de vídeo (DVR) compatível com o quantitativo de câmeras instaladas e todos os materiais, acessórios e insumos necessários ao pleno funcionamento do sistema, conforme especificações do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como serviço comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência e DFD em anexo do Estudo Técnico Preliminar

3. Descrição da solução como um todo

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4.1. Sustentabilidade/Possíveis Impactos Ambientais

4.1.1 O fornecedor deverá observar boas práticas ambientais no transporte, entrega e instalação dos produtos, buscando otimizar rotas e reduzir desperdícios logísticos.

4.1.2. As práticas aqui descritas encontram-se alinhadas aos objetivos de sustentabilidade previstos nos arts. 3º e 5º do Decreto estadual nº 68.017/2023 e serão consolidadas no Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão, conforme o Decreto estadual nº 68.185/2023.

4.2. Equipe Técnica Mínima

A contratada deverá dispor de equipe qualificada e suficiente para garantir a execução dos serviços dentro do prazo contratual.

4.3 Requisitos técnicos dos equipamentos

Os equipamentos a serem fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, e atender integralmente às especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar em anexo.

Cada unidade policial contemplada deverá receber:

- 08 (oito) câmeras de segurança;
- 01 (um) gravador digital de vídeo (DVR) compatível com o quantitativo de câmeras instaladas;
- todos os materiais, acessórios e insumos necessários ao pleno funcionamento do sistema.

As câmeras deverão possuir, no mínimo, as seguintes características técnicas:

- Resolução Full HD mínima de 1080p;
- Tecnologia infravermelho (IR) para visão noturna;
- Alcance mínimo de 30 (trinta) metros em modo noturno;
- Capacidade de gravação e transmissão de imagens na resolução mínima Full HD;
- Operação contínua em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- Equipamentos adequados para uso interno e/ou externo, conforme local de instalação;
- Grau de proteção mínimo IP66 para câmeras instaladas em áreas externas;
- Compatibilidade integral com o DVR fornecido.

O DVR deverá possuir, no mínimo:

- Compatibilidade com o quantitativo de câmeras previsto para cada unidade;
- Capacidade de gravação contínua das imagens;
- Armazenamento interno com disco rígido próprio para videomonitoramento, padrão surveillance /purple ou tecnologia equivalente;
- Capacidade mínima de armazenamento de 2TB;
- Função de regravação automática das imagens mais antigas;
- Compressão de vídeo compatível com gravação em alta definição.

As imagens gravadas deverão manter qualidade mínima Full HD (1080p), não sendo aceitos equipamentos que realizem gravações em resolução inferior à exigida neste Estudo.

Não integra o objeto da contratação o fornecimento de monitores, televisores ou equipamentos de exibição de imagens.

Não será exigida a conexão do sistema à internet, devendo o funcionamento ocorrer em rede local própria do sistema de monitoramento.

4.4 Requisitos de instalação e funcionamento

A contratada deverá fornecer todos os materiais necessários à completa instalação e funcionamento do sistema, incluindo cabeamento, conectores, fontes, suportes, canaletas, caixas de passagem, fixadores e demais acessórios indispensáveis.

A instalação deverá contemplar:

- Fixação adequada dos equipamentos;
- Passagem e organização do cabeamento;
- Configuração do sistema;
- Ativação e testes operacionais;

- Entrega do sistema em pleno funcionamento.

Os serviços acessórios de instalação deverão ser executados de forma a preservar a estética e a integridade das instalações prediais das unidades policiais.

Os equipamentos deverão permanecer em funcionamento contínuo e estável, compatível com a rotina operacional ininterrupta das unidades policiais.

A contratada será integralmente responsável pelo correto funcionamento dos equipamentos fornecidos, incluindo a compatibilidade entre todos os componentes do sistema.

4.5 Garantia e assistência técnica

Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo.

Durante o período de garantia, a contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, sem ônus para a Administração, quaisquer defeitos de fabricação, funcionamento ou instalação.

A assistência técnica deverá contemplar suporte para falhas nos equipamentos e nos componentes necessários ao funcionamento do sistema de monitoramento.

4.6 Visita técnica

A realização de visita técnica será facultativa aos licitantes, podendo ser realizada previamente à apresentação das propostas, mediante agendamento junto à Administração.

A visita técnica tem por finalidade proporcionar aos interessados conhecimento das condições locais, características das instalações e demais informações necessárias para adequada formulação da proposta comercial.

Os licitantes que optarem por não realizar a visita técnica deverão apresentar declaração formal de responsabilidade, afirmando possuir pleno conhecimento das condições e peculiaridades dos locais de instalação, assumindo integral responsabilidade pelos riscos decorrentes da ausência da visita, não podendo alegar desconhecimento posterior para fins de solicitação de alterações contratuais, acréscimos de custos ou descumprimento das obrigações assumidas.

A participação no certame implicará plena aceitação das condições existentes nos locais de instalação dos equipamentos.

4.7 Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.8 Reserva de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS

Tendo em vista o valor estimado para cada LOTE da licitação em comento não ultrapassar o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), isoladamente, nos termos dos artigos 47 e 48 da Lei Complementar federal nº 123/2006 e art. 4º da Lei nº 14.133/2021, a licitação é destinada a participação exclusiva de ME, EPP e equiparadas, e serão aplicáveis as regras de adiamento da exigência de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. O prazo de entrega dos bens e execução total do serviço para cada grupo é de 30 (trinta) dias, contados do(a) EMISSÃO DA NOTA DE EMPENHO, podendo ser prorrogado nos critérios estabelecidos no item 5.1.2. deste Termo de Referência.

5.1.1.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação, deverá(ão) entregar todos os bens (câmeras e DVRs, incluindo os equipamentos, materiais e acessórios necessários ao seu pelo funcionamento) no **Almoxarifado da Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara/SP, situado à Rua Padre Duarte, número 1323, Centro, Araraquara-SP, CEP 14801-310**, em dias e horários previamente definidos pela Administração.

5.1.1.2. Posterior à entrega, **a(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação deverá(ão) realizar a instalação e configuração dos equipamentos nas unidades policiais do grupo correspondente**, em dias e horários previamente agendados com a Administração e com a Autoridade Policial responsável pela unidade policial, cujos endereços seguem abaixo:

GRUPO 1 - REGIÃO DE ARARAQUARA	
Delegacia	Endereço
Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara	Rua Padre Duarte, nº 1323, Centro, Araraquara/SP
Central de Polícia Judiciária de Araraquara (1º Distrito Policial, 2º Distrito Policial, 3º Distrito Policial, 4º Distrito Policial)	Avenida 7 de Setembro, nº 308, Centro, Araraquara/SP
Delegacia de Polícia de Américo Brasiliense	Avenida Teresa Marsili, nº 230, Centro, Américo Brasiliense/SP
Delegacia de Polícia de Boa Esperança do Sul	Rua Francisco Henrique, nº 485, Centro, Boa Esperança do Sul/SP
Delegacia de Polícia de Motuca	Rua Adolpho Thomaz de Aquino, nº 430, Centro, Motuca/SP
Delegacia de Polícia de Santa Lúcia	Rua Coronel Luiz Pinto, nº 367, Centro, Santa Lúcia/SP
Delegacia de Polícia de Trabiju	Avenida 27 de Dezembro, nº 343, Centro, Trabiju/SP

GRUPO 2 - REGIÃO DE MATÃO E TAQUARITINGA	
Delegacia	Endereço
Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Taquaritinga	Praça Narciso Nuevo, S/Nº, Centro, Taquaritinga/SP
Delegacia de Polícia de Cândido Rodrigues	Rua São Paulo, nº 230, Centro, Cândido Rodrigues/SP
Delegacia de Polícia de Dobrada	Rua Capitão Alberto Mendes Junior, nº 692, Centro, Dobrada/SP
Delegacia de Polícia de Fernando Prestes	Avenida Stélio Machado Loureiro, nº 369, Centro, Fernando Prestes/SP
1º Distrito Policial de Matão e Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Matão	Rua Affonso Maccagnan, nº 653, Centro, Matão/SP

GRUPO 3 - REGIÃO DE IBITINGA	
Delegacia	Endereço
Delegacia de Polícia de Borborema	Avenida Nicolau Pizzolante, nº 386, Centro, Borborema/SP
Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Itápolis	Avenida Duque de Caxias, nº 1384, Vila Santos, Itápolis/SP
Delegacia de Polícia de Nova Europa	Rua 7 de Setembro, nº 280, Centro, Nova Europa/SP
Delegacia de Polícia de Tabatinga	Rua Dario Rodrigues Lousada, nº 420, Centro, Tabatinga/SP

5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar por escrito as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência, podendo, após análise, ser prorrogado por única vez e no máximo por 30 dias, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 03 (três) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, ou corresponderá ao prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

5.2.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.2.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.2.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.2.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.2.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.2.6.1. O Contratado deverá realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos endereços de instalação, conforme consta neste Termo Referencial e no Estudo Técnico Preliminar em anexo.

5.2.6.2. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços, hipótese em que o prazo para reparação ou substituição a que se refere a subdivisão anterior será contado a partir da data de entrega do equipamento na unidade de prestação de serviços do Contratado.

5.2.7. O prazo indicado na subdivisão anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.2.8. Na hipótese da subdivisão acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.2.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.2.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.2.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto **observará o disposto nesta seção**, conforme aferição direta da fiscalização da Administração, com base na entrega do sistema instalado, em pleno funcionamento, e de acordo com os parâmetros técnicos exigidos neste Termo de Referência.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

- Não tenha produzido os resultados acordados (sistema instalado e operante, conforme especificações);
- Tenha deixado de executar, parcial ou totalmente, as atividades contratadas ou as tenha executado com qualidade inferior à mínima exigida;
- Tenha utilizado materiais ou mão de obra diferentes dos exigidos, ou em quantidade/qualidade inferior à estabelecida.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- 7.2.1. Conclusão integral da instalação das 08 (oito) câmeras em cada unidade policial especificada, nos pontos indicados pela Autoridade Policial ou funcionário por ela indicado, com o sistema em pleno funcionamento (gravação, acesso local e remoto, qualidade da imagem, etc.);
- 7.2.2. Entrega do **relatório técnico de instalação**, contendo: diagrama de pontos, fotos, dados de acesso, datas de instalação, testes de funcionamento e assinatura do responsável técnico;
- 7.2.3. Validação da instalação e funcionamento pela **fiscalização do contrato**, mediante **Termo de Recebimento Provisório e/ou Definitivo**, conforme artigo 140 da Lei nº 14.133 /2021.

7.3. O pagamento será realizado **em parcela única**, mediante apresentação da nota fiscal/fatura e após a aprovação do recebimento definitivo dos serviços, desde que comprovado o fiel cumprimento do objeto e ausência de pendências técnicas.

Recebimento

7.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021,

com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no

mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.22.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais–CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.26. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial ou total, conforme as regras previstas nesta seção.

8. Forma e critérios de seleção e regime

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.23. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.24. A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto por meio de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa atestado(s) de capacidade técnica jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviço de instalação de sistema de CFTV, conforme consta neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar em anexo, incluindo fornecimento de materiais, infraestrutura e

8.24.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

Outras comprovações

8.25. Tratando-se de consórcio:

8.25.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

1. Designação do consórcio e sua composição;
2. Finalidade do consórcio;
3. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
4. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
7. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
8. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.25.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.25.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.26. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 46.933,58

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 138.761,12 (cento e trinta e oito mil setecentos e sessenta e um reais e doze centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 180133;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 180205;

IV) Elemento de Despesa: 339030;

V) Plano Interno: 66.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDO LUIZ GIARETTA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 13:49:38.

DALMIR ROGERIO CAPUCCI

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 13:55:20.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP180133_000008_2026.pdf (463.86 KB)
- Anexo II - Minuta Nota de Empenho.pdf (84.35 KB)

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE ARARAQUARA

Estudo Técnico Preliminar 8/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 058.00053976/2026-21

2. Descrição da necessidade**AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA CFTV**

2.1. A presente licitação tem por objetivo a aquisição de câmeras de segurança (CFTV), incluindo os equipamentos, materiais e acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, com instalação e configuração como encargos acessórios do fornecimento, visando à implantação de sistema de monitoramento nas dependências da Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara – Sede e Unidades Subordinadas.

A Delegacia Seccional de Polícia desempenha atividades essenciais de segurança pública e de atendimento à população, sendo imprescindível a adoção de medidas eficazes para garantir a proteção de suas instalações, bens patrimoniais, servidores policiais e administrativos, bem como dos cidadãos que frequentam suas dependências.

Atualmente, verifica-se a inexistência/insuficiência de sistema de monitoramento por câmeras de segurança (CFTV) na sede da Delegacia Seccional e em suas unidades subordinadas, o que compromete a vigilância contínua dos ambientes internos e externos, expondo o patrimônio público e as pessoas a riscos de furtos, danos, invasões e outras ocorrências.

A aquisição de câmeras de segurança e equipamentos correlatos permitirá:

- Ampliar a capacidade de monitoramento permanente das dependências da Delegacia Seccional e de suas unidades;
- Inibir a prática de ilícitos e condutas indevidas nas áreas monitoradas;
- Apoiar a apuração de ocorrências, por meio de registros de imagens;
- Melhorar o controle de acesso e a circulação de pessoas e veículos;
- Proporcionar maior segurança aos servidores e ao público atendido.

Ressalta-se que os equipamentos a serem adquiridos demandam instalação e configuração para seu pleno funcionamento, as quais serão consideradas obrigações acessórias ao fornecimento, não descaracterizando a natureza da contratação como aquisição de bens.

Adicionalmente, a Administração não dispõe de recursos técnicos e operacionais suficientes para realizar, de forma adequada, a instalação e ativação do sistema, motivo pelo qual se faz necessária a aquisição dos equipamentos com entrega em pleno funcionamento.

Dessa forma, a presente contratação visa atender ao interesse público, promovendo maior segurança institucional e melhores condições para o desempenho das atividades policiais, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e proteção ao patrimônio público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor Financeiro - Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara/SP	Dalmir Rogério Capucci

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**4.1. Áreas de abrangência**

A presente contratação contempla o atendimento à Delegacia Seccional de Polícia e suas unidades subordinadas, distribuídas em diferentes municípios da região.

Com o objetivo de assegurar maior competitividade ao certame, bem como viabilizar a execução contratual de forma eficiente, o objeto foi estruturado em 3 (três) grupos, organizados por regiões geográficas, conforme descrito a seguir:

GRUPO 1 - REGIÃO DE ARARAQUARA	
Delegacia	Endereço
Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara	Rua Padre Duarte, nº 1323, Centro, Araraquara/SP
Central de Polícia Judiciária de Araraquara (1º Distrito Policial, 2º Distrito Policial, 3º Distrito Policial, 4º Distrito Policial)	Avenida 7 de Setembro, nº 308, Centro, Araraquara /SP
Delegacia de Polícia de Américo Brasiliense	Avenida Teresa Marsili, nº 230, Centro, Américo Brasiliense/SP
Delegacia de Polícia de Boa Esperança do Sul	Rua Francisco Henrique, nº 485, Centro, Boa Esperança do Sul/SP
Delegacia de Polícia de Motuca	Rua Adolpho Thomaz de Aquino, nº 430, Centro, Motuca/SP
Delegacia de Polícia de Santa Lúcia	Rua Coronel Luiz Pinto, nº 367, Centro, Santa Lúcia /SP
Delegacia de Polícia de Trabiju	Avenida 27 de Dezembro, nº 343, Centro, Trabiju/SP

GRUPO 2 - REGIÃO DE MATÃO E TAQUARITINGA	
Delegacia	Endereço
Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Taquaritinga	Praça Narciso Nuevo, S/Nº, Centro, Taquaritinga/SP
Delegacia de Polícia de Cândido Rodrigues	Rua São Paulo, nº 230, Centro, Cândido Rodrigues/SP
Delegacia de Polícia de Dobrada	Rua Capitão Alberto Mendes Junior, nº 692, Centro, Dobrada/SP
Delegacia de Polícia de Fernando Prestes	Avenida Stélio Machado Loureiro, nº 369, Centro, Fernando Prestes/SP

1º Distrito Policial de Matão e Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Matão	Rua Affonso Maccagnan, nº 653, Centro, Matão/SP
--	---

GRUPO 3 - REGIÃO DE IBITINGA	
Delegacia	Endereço
Delegacia de Polícia de Borborema	Avenida Nicolau Pizzolante, nº 386, Centro, Borborema/SP
Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Itápolis	Avenida Duque de Caxias, nº 1384, Vila Santos, Itápolis/SP
Delegacia de Polícia de Nova Europa	Rua 7 de Setembro, nº 280, Centro, Nova Europa/SP
Delegacia de Polícia de Tabatinga	Rua Dario Rodrigues Lousada, nº 420, Centro, Tabatinga/SP

A divisão do objeto em grupos regionais justifica-se pela necessidade de ampliar a participação de fornecedores no certame, uma vez que a concentração de todas as unidades em um único lote poderia restringir a competitividade, considerando as limitações logísticas e operacionais de empresas que não possuem capacidade de atendimento em áreas geograficamente dispersas.

Adicionalmente, o agrupamento por regiões contribui para a redução de custos indiretos relacionados ao deslocamento, otimiza a execução contratual e facilita as atividades de gestão e fiscalização do contrato.

Dessa forma, o modelo adotado atende aos princípios da eficiência, economicidade e competitividade, em consonância com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Requisitos técnicos dos equipamentos

Os equipamentos a serem fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, e atender integralmente às especificações mínimas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

Cada unidade policial contemplada deverá receber:

- 08 (oito) câmeras de segurança;
- 01 (um) gravador digital de vídeo (DVR) compatível com o quantitativo de câmeras instaladas;
- todos os materiais, acessórios e insumos necessários ao pleno funcionamento do sistema.

As câmeras deverão possuir, no mínimo, as seguintes características técnicas:

- Resolução Full HD mínima de 1080p;
- Tecnologia infravermelho (IR) para visão noturna;
- Alcance mínimo de 30 (trinta) metros em modo noturno;
- Capacidade de gravação e transmissão de imagens na resolução mínima Full HD;
- Operação contínua em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- Equipamentos adequados para uso interno e/ou externo, conforme local de instalação;
- Grau de proteção mínimo IP66 para câmeras instaladas em áreas externas;
- Compatibilidade integral com o DVR fornecido.

O DVR deverá possuir, no mínimo:

- Compatibilidade com o quantitativo de câmeras previsto para cada unidade;

- Capacidade de gravação contínua das imagens;
- Armazenamento interno com disco rígido próprio para videomonitoramento, padrão surveillance/purple ou tecnologia equivalente;
- Capacidade mínima de armazenamento de 2TB;
- Função de regravação automática das imagens mais antigas;
- Compressão de vídeo compatível com gravação em alta definição.

As imagens gravadas deverão manter qualidade mínima Full HD (1080p), não sendo aceitos equipamentos que realizem gravações em resolução inferior à exigida neste Estudo.

Não integra o objeto da contratação o fornecimento de monitores, televisores ou equipamentos de exibição de imagens.

Não será exigida a conexão do sistema à internet, devendo o funcionamento ocorrer em rede local própria do sistema de monitoramento.

4.3. Requisitos de instalação e funcionamento

A contratada deverá fornecer todos os materiais necessários à completa instalação e funcionamento do sistema, incluindo cabeamento, conectores, fontes, suportes, canaletas, caixas de passagem, fixadores e demais acessórios indispensáveis.

A instalação deverá contemplar:

- Fixação adequada dos equipamentos;
- Passagem e organização do cabeamento;
- Configuração do sistema;
- Ativação e testes operacionais;
- Entrega do sistema em pleno funcionamento.

Os serviços acessórios de instalação deverão ser executados de forma a preservar a estética e a integridade das instalações prediais das unidades policiais.

Os equipamentos deverão permanecer em funcionamento contínuo e estável, compatível com a rotina operacional ininterrupta das unidades policiais.

A contratada será integralmente responsável pelo correto funcionamento dos equipamentos fornecidos, incluindo a compatibilidade entre todos os componentes do sistema.

4.4. Garantia e assistência técnica

Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo.

Durante o período de garantia, a contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, sem ônus para a Administração, quaisquer defeitos de fabricação, funcionamento ou instalação.

A assistência técnica deverá contemplar suporte para falhas nos equipamentos e nos componentes necessários ao funcionamento do sistema de monitoramento.

4.5. Visita técnica

A realização de visita técnica será facultativa aos licitantes, podendo ser realizada previamente à apresentação das propostas, mediante agendamento junto à Administração.

A visita técnica tem por finalidade proporcionar aos interessados conhecimento das condições locais, características das instalações e demais informações necessárias para adequada formulação da proposta comercial.

Os licitantes que optarem por não realizar a visita técnica deverão apresentar declaração formal de responsabilidade, afirmando possuir pleno conhecimento das condições e peculiaridades dos locais de instalação, assumindo integral responsabilidade pelos riscos decorrentes da ausência da visita, não podendo alegar desconhecimento posterior para fins de solicitação de alterações contratuais, acréscimos de custos ou descumprimento das obrigações assumidas.

A participação no certame implicará plena aceitação das condições existentes nos locais de instalação dos equipamentos.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para atendimento da necessidade institucional identificada, foi realizado levantamento de mercado visando identificar as soluções disponíveis e mais adequadas para implantação de sistema de videomonitoramento nas unidades da Delegacia Seccional de Polícia e delegacias subordinadas.

A alternativa considerada mais vantajosa foi a aquisição dos equipamentos de videomonitoramento com instalação e configuração acessórias ao fornecimento, contemplando todos os materiais necessários ao pleno funcionamento do sistema.

Tal solução permite maior padronização dos equipamentos, redução de riscos operacionais, simplificação da gestão contratual e entrega do sistema em funcionamento adequado às necessidades da Administração.

Adicionalmente, verificou-se que a solução pretendida é amplamente disponibilizada no mercado, havendo quantidade significativa de fornecedores aptos ao atendimento da demanda, o que favorece a competitividade do certame.

5.2. Das pesquisas realizadas, adotou-se a mediana obtida como a melhor indicada ao caso em exame, sendo que tal método matemático possibilita a exclusão de valores muito acima ou muito abaixo daqueles a serem esperados no processo licitatório, evitando, assim, eventual deserção do mesmo, mas também garantindo a economia ao erário.

5.3. Não foram identificadas atas de registro de preços ou intenções de registro de preços para adesão ou manifestação de interesse na participação que atendessem à demanda do Setor de Finanças desta Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução consiste na aquisição de sistema de videomonitoramento (CFTV) destinado à Delegacia Seccional de Polícia e suas unidades subordinadas, compreendendo o fornecimento de câmeras de segurança, gravadores digitais de vídeo (DVR), dispositivos de armazenamento e todos os materiais e acessórios necessários ao pleno funcionamento do sistema.

A contratação contempla, ainda, a instalação, configuração, ativação e testes operacionais dos equipamentos, como obrigações acessórias ao fornecimento dos bens, visando à entrega do sistema em pleno funcionamento nas unidades policiais contempladas.

Cada unidade policial deverá ser equipada com 08 (oito) câmeras de segurança em resolução mínima Full HD, com tecnologia infravermelho para visão noturna, além de DVR com capacidade mínima de armazenamento de 2TB, destinado à gravação contínua das imagens.

A solução foi estruturada em grupos regionais, agrupando os municípios conforme critérios geográficos e logísticos, com o objetivo de ampliar a competitividade do certame, facilitar a execução contratual e reduzir custos indiretos relacionados ao deslocamento das empresas contratadas.

A aquisição será realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, com fundamento no art. 28, inciso I, e art. 29 da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência.

A adoção da forma eletrônica mostra-se mais vantajosa para a Administração, na medida em que amplia a competitividade, favorece a obtenção da proposta mais vantajosa, proporciona maior transparência ao certame e amplia a participação de fornecedores.

A solução pretendida encontra ampla disponibilidade no mercado, havendo diversos fornecedores aptos ao atendimento da demanda, o que reforça a adequação da modalidade escolhida e a viabilidade da contratação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades foi elaborada com base nas necessidades de monitoramento das unidades pertencentes à Delegacia Seccional de Polícia, considerando a padronização mínima necessária para cobertura das áreas internas e externas das edificações.

Foi definido o quantitativo de 08 (oito) câmeras de segurança por unidade policial, acompanhado de 01 (um) DVR com capacidade compatível, bem como os respectivos materiais e acessórios necessários ao pleno funcionamento do sistema, conforme demonstrado a seguir.

ITEM 1 - REGIÃO DE ARARAQUARA

Delegacia	Qnt câmeras instaladas
Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara	8
Central de Polícia Judiciária de Araraquara (1º Distrito Policial, 2º Distrito Policial, 3º Distrito Policial, 4º Distrito Policial)	8
Delegacia de Polícia de Américo Brasiliense	8
Delegacia de Polícia de Boa Esperança do Sul	8
Delegacia de Polícia de Motuca	8
Delegacia de Polícia de Santa Lúcia	8
Delegacia de Polícia de Trabiju	8
Total do Grupo 1	56 câmeras e 07 DVRs.

ITEM 2 - REGIÃO DE MATÃO E TAQUARITINGA

Delegacia	Qnt câmeras instaladas
Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Taquaritinga	8
Delegacia de Polícia de Cândido Rodrigues	8
Delegacia de Polícia de Dobrada	8
Delegacia de Polícia de Fernando Prestes	8
1º Distrito Policial de Matão e Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Matão	8

Total do Grupo 2	40 câmeras e 05 DVRs
-------------------------	----------------------

ITEM 3 - REGIÃO DE IBITINGA	
Delegacia	Qnt câmeras instaladas
Delegacia de Polícia de Borborema	8
Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Itápolis	8
Delegacia de Polícia de Nova Europa	8
Delegacia de Polícia de Tabatinga	8
Total do Grupo 3	32 câmeras e 04 DVRs

Os quantitativos estimados foram definidos de forma a atender adequadamente às necessidades operacionais das unidades policiais contempladas, observando critérios de padronização, eficiência e viabilidade técnica

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 138.761,12

8.1. O Valor da aquisição foi estimado em **R\$ 138.761,12 (cento e trinta e oito mil setecentos e sessenta e um reais e doze centavos)**, baseados na mediana dos orçamentos obtidos na pesquisa de preço realizada junto a empresas do ramo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução foi parcelada em 03 (três) grupos regionais, considerando a distribuição geográfica das unidades pertencentes à Delegacia Seccional de Polícia e a necessidade de promover maior competitividade e eficiência na futura contratação.

O agrupamento regional foi definido da seguinte forma:

- Grupo 1 – Região de Araraquara;
- Grupo 2 – Região de Matão e Taquaritinga;
- Grupo 3 – Região de Ibitinga.

O parcelamento adotado encontra fundamento no art. 47 da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual as contratações deverão observar o parcelamento do objeto quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

A realização da contratação em grupo único poderia restringir a participação de fornecedores, tendo em vista que nem todas as empresas do ramo possuem capacidade logística e operacional para atender simultaneamente todas as unidades distribuídas em municípios distintos e geograficamente dispersos.

Nesse contexto, o parcelamento em grupos regionais possibilita:

- ampliação da competitividade do certame;
- aumento da participação de empresas locais e regionais;
- redução de custos indiretos relacionados a deslocamentos;
- maior eficiência na execução contratual;
- facilitação da gestão e fiscalização do contrato;
- mitigação de riscos de atraso na entrega e instalação dos equipamentos.

Além disso, a divisão adotada não compromete a padronização da solução, uma vez que as especificações técnicas dos equipamentos serão uniformes para todos os grupos.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da solução mostra-se técnica e economicamente viável, atendendo aos princípios da competitividade, eficiência, economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes em andamento que possam impactar ou influenciar diretamente a presente contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. Os itens previstos nesta contratação estão de acordo com o planejamento anual desta Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara /SP.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. A contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação do sistema de **Circuito Fechado de Televisão (CFTV)** nas dependências da **Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara – Sede e unidades subordinadas** visa alcançar os seguintes benefícios:

1. **Aumento da segurança** nas instalações das delegacias, com monitoramento contínuo e eficaz das áreas internas e externas da unidade.
2. **Prevenção de ocorrências** e crimes por meio da vigilância constante, reduzindo a possibilidade de incidentes como furtos, vandalismo e invasões.
3. **Registro de imagens de alta qualidade**, que poderão ser utilizadas como material de apoio em investigações, garantindo maior agilidade e eficiência nos processos investigativos.
4. **Melhoria da confiança** da população e dos servidores quanto à segurança da unidade, proporcionando um ambiente mais seguro e protegido.

Dessa forma, a contratação mostra-se essencial para fortalecimento da segurança institucional e continuidade adequada dos serviços públicos prestados pela Polícia Civil à população.

13. Providências a serem Adotadas

13. Para garantir o sucesso na execução da contratação do sistema de **Circuito Fechado de Televisão (CFTV)**, as seguintes providências serão adotadas:

Acompanhamento do cronograma de execução: Será estabelecido um cronograma detalhado com as etapas do fornecimento, instalação e configuração do sistema, com prazos bem definidos.

Fiscalização da qualidade dos serviços prestados: Durante a instalação, a qualidade dos equipamentos fornecidos e dos serviços prestados será rigorosamente verificada, com a realização de testes de funcionamento e a conferência das especificações técnicas acordadas no contrato.

Treinamento da equipe operacional: Após a conclusão da instalação, será realizado um treinamento para os servidores indicados, capacitando-os para o manuseio, operação e manutenção básica do sistema de CFTV.

Garantia de suporte técnico: Será garantido que a empresa contratada forneça um suporte técnico contínuo durante o período de garantia de 12 meses, para solução de eventuais problemas ou ajustes necessários no sistema.

Avaliação contínua do desempenho do sistema: Após a conclusão da instalação e operação, será realizada uma avaliação contínua do desempenho do sistema, garantindo que ele continue atendendo às necessidades de segurança e vigilância de maneira eficaz.

Adoção de medidas corretivas em caso de falhas: Caso sejam identificadas falhas ou problemas no sistema, serão adotadas medidas corretivas imediatamente, incluindo a notificação à empresa contratada para a reparação ou substituição de componentes defeituosos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14. execução do objeto da pretensa contratação não irá apresentar impactos ambientais que importem em medidas preventivas de tratamento ou de compensação

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico, considerando a necessidade de implantação de sistema de videomonitoramento nas unidades pertencentes à Delegacia Seccional de Polícia e delegacias subordinadas.

A solução pretendida encontra ampla disponibilidade no mercado, havendo fornecedores aptos ao fornecimento dos equipamentos e execução da instalação acessória necessária ao pleno funcionamento do sistema.

Além disso, o parcelamento da contratação em grupos regionais contribui para ampliação da competitividade, melhor execução contratual e maior eficiência administrativa.

Dessa forma, conclui-se que a contratação atende ao interesse público e apresenta viabilidade para sua realização, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e competitividade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DALMIR ROGERIO CAPUCCI

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 14:46:43.

FERNANDO LUIZ GIARETTA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 14:47:07.



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 3 – Ribeirão Preto-SP
Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara
Rua Padre Duarte, nº 1323, Centro - Araraquara-SP.
Fones: (16) 3322-2244
E-mail: sfinancas.araraquara@policiacivil.sp.gov.br

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Processo SEI nº 058.00053976/2026-21

Interessado: Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara — UASG 180133

Objeto: Aquisição de câmeras de monitoramento (CFTV) para as delegacias da Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara - Sede e unidades subordinadas.

GRUPO 1 - REGIÃO DE ARARAQUARA						
ITENS	MATERIAL	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
2	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Central de Polícia Judiciária de Araraquara (1º Distrito Policial, 2º Distrito Policial, 3º Distrito Policial, 4º Distrito Policial)	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
3	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Américo Brasiliense	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
4	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Boa Esperança do Sul	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 3 – Ribeirão Preto-SP
Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara
Rua Padre Duarte, nº 1323, Centro - Araraquara-SP.
Fones: (16) 3322-2244
E-mail: sfinancas.araraquara@policiacivil.sp.gov.br

5	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Motuca	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
6	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Santa Lúcia	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
7	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Trabiju	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
TOTAL						R\$ 60.707,99

GRUPO 2 - REGIÃO DE MATÃO E TAQUARITINGA

ITENS	MATERIAL	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Taquaritinga	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 3 – Ribeirão Preto-SP
Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara
Rua Padre Duarte, nº 1323, Centro - Araraquara-SP.
Fones: (16) 3322-2244
E-mail: sfinancas.araraquara@policiacivil.sp.gov.br

2	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Cândido Rodrigues	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
3	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Dobrada	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
4	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Fernando Prestes	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
5	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) ao 1º Distrito Policial de Matão e Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Matão	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
TOTAL						R\$ 43.362,85

GRUPO 3 - REGIÃO DE IBITINGA

ITENS	MATERIAL	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Borborema	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 3 – Ribeirão Preto-SP
Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara
Rua Padre Duarte, nº 1323, Centro - Araraquara-SP.
Fones: (16) 3322-2244
E-mail: sfinancas.araraquara@policiacivil.sp.gov.br

2	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Itápolis	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
3	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Nova Europa	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
4	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Tabatinga	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
TOTAL						R\$ 34.690,28

*Cada Kit contempla 08 (oito) câmeras de segurança, 01 (um) gravador digital de vídeo (DVR) compatível com o quantitativo de câmeras instaladas e todos os materiais, acessórios e insumos necessários ao pleno funcionamento do sistema, conforme especificações do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

OBS: Para a composição da planilha orçamentária foi utilizado como método matemático mediana obtida nas pesquisas de preços

GRUPO 1 - REGIÃO DE ARARAQUARA	R\$ 60.707,99
GRUPO 2 - REGIÃO DE MATÃO E TAQUARITINGA	R\$ 43.362,85
GRUPO 3 - REGIÃO DE IBITINGA	R\$ 34.690,28

TOTAL DO PREGÃO

R\$ 138.761,12



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 3 – Ribeirão Preto-SP
Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara
Rua Padre Duarte, nº 1323, Centro - Araraquara-SP.
Fones: (16) 3322-2244
E-mail: sfinancas.araraquara@policiacivil.sp.gov.br

Araraquara, 15 de maio de 2026

Elaborado por:

DALMIR ROGERIO Assinado de forma digital
CAPUCCI:174251 por DALMIR ROGERIO
26826 CAPUCCI:17425126826
Dados: 2026.05.15
14:45:43 -03'00'

Dalmir Rogério Capucci

Escrivão de Polícia

De Acordo:

FERNANDO Assinado de forma
LUIZ digital por FERNANDO
LUIZ
GIARETTA:0264 GIARETTA:02643296869
3296869 Dados: 2026.05.15
14:45:43 -03'00'

Fernando Luiz Giaretta

Delegado de Polícia Seccional

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE ARARAQUARA

Documento de Formalização da Demanda 22/2025

Número do Documento de Formalização da Demanda: 22/2025

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
almoxarifado - informática	01/01/2026 00:00	180133	JULIANO ESTEVAM AMANTEA
Descrição sucinta do objeto			
Aquisição de periféricos de informática			

2. Justificativa de Necessidade

Anualmente existe uma demanda por cartuchos de toner, unidades de imagem, CDs e DVDs, pendriver, HD externos, filtros de linha, mouses e teclados, além de outros materiais de informática.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	Suprimentos de informática - tic			1,00	62.000,00	62.000,00

3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Suprimentos de informática serão necessários durante o exercício 2026.

JULIANO ESTEVAM AMANTEA

Agente de contratação

Despacho: Publique-se no PCA 2026.

FERNANDO LUIZ GIARETTA

Autoridade competente

5. Acompanhamento

Id Acompanhamento		Responsável	Data
1	Decreto 67689/2023.	JULIANO ESTEVAM AMANTEA	12/05/2025 14:41

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2026NE

UG	180133 - DELEG.SECC.POLICIA DE ARARAQUARA			
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO			
Data de Emissão				

CNPJ/CPF/UG				
Credor				
Endereço				
Cidade		UF		CEP

Origem Material				
-----------------	--	--	--	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400051	18002	06181180149890000	150010001	339030XX	180011	012.004.0181	180205

No Processo	20260414313	Acordo		
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI 14.133/2021	
Licitação	07 - PREGAO ELET.	Modalidade	1 - ORDINARIO	
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC

Valor do Empenho R\$				
----------------------	--	--	--	--

Cronograma					
	<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td>XX</td><td></td></tr></table>	Mês	Valor	XX	
Mês	Valor				
XX					

Sequência	001	Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					



Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	RUA DUARTE 1323
Data de Entrega	

FERNANDO LUIZ GIARETTA
02643296869
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2026NE

UG	180133 - DELEG.SECC.POLICIA DE ARARAQUARA			
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO			
Data de Emissão				

CNPJ/CPF/UG				
Credor				
Endereço				
Cidade		UF		CEP

Origem Material				
-----------------	--	--	--	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400051	18002	06181180149890000	150010001	339030XX	180011	012.004.0181	180205

No Processo	20260414313	Acordo		
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI 14.133/2021	
Licitação	07 - PREGAO ELET.	Modalidade	1 - ORDINARIO	
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC

Valor do Empenho R\$				
----------------------	--	--	--	--

Cronograma					
	<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td>XX</td><td></td></tr></table>	Mês	Valor	XX	
Mês	Valor				
XX					

Sequência	001	Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					



Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	RUA DUARTE 1323
Data de Entrega	

FERNANDO LUIZ GIARETTA
02643296869
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

(em papel timbrado)

Pregão eletrônico: 90004/2026

Processo SEI: 058.00053976/2026-21

Data de apresentação da proposta: ____/____/____

DADOS DA EMPRESA: CNPJ; ENDEREÇO; TELEFONE E E-MAIL VÁLIDOS

DADOS DA **CONTA DO BANCO DO BRASIL** PARA FINS DE PAGAMENTO:

GRUPO X –							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO (Especificação do item proposto com todas as informações possíveis incluindo catálogo, caso tenha)	MARCA/ MODELO	CATM AT	UNID DE MED	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1							
2							
...							

Validade da proposta: (mínimo de 60 dias)

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Comentado [ESP1]: NOTA PARA USO DA MINUTA PADRONIZADA

1) A Administração poderá incluir outros subanexos no Anexo concernente a modelo(s) de declaração(ões), conforme tenha feito a exigência de declarações adicionais na documentação que compõe o Edital. Para que cada Anexo fique em uma página diferente, poderá ser inserida “quebra de página” antes do início do texto.

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO
DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

Comentado [ESP1]: NOTA PARA USO DA MINUTA PADRONIZADA

1) Estes modelos devem ser incluídos como anexo apenas quando a avaliação prévia do local de execução for incluída entre os requisitos de qualificação técnica, na fase de habilitação.

ANEXO VI.2

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA
CONTRATAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 3 – Ribeirão Preto-SP
Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara
Rua Padre Duarte, nº 1323, Centro - Araraquara-SP.
Fones: (16) 3322-2244
E-mail: sfinancas.araraquara@policiacivil.sp.gov.br

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Processo SEI nº 058.00053976/2026-21

Interessado: Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara — UASG 180133

Objeto: Aquisição de câmeras de monitoramento (CFTV) para as delegacias da Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara - Sede e unidades subordinadas.

GRUPO 1 - REGIÃO DE ARARAQUARA						
ITENS	MATERIAL	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
2	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Central de Polícia Judiciária de Araraquara (1º Distrito Policial, 2º Distrito Policial, 3º Distrito Policial, 4º Distrito Policial)	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
3	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Américo Brasiliense	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
4	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Boa Esperança do Sul	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 3 – Ribeirão Preto-SP
Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara
Rua Padre Duarte, nº 1323, Centro - Araraquara-SP.
Fones: (16) 3322-2244
E-mail: sfinancas.araraquara@policiacivil.sp.gov.br

5	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Motuca	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
6	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Santa Lúcia	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
7	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Trabiju	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
TOTAL						R\$ 60.707,99

GRUPO 2 - REGIÃO DE MATÃO E TAQUARITINGA

ITENS	MATERIAL	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Taquaritinga	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 3 – Ribeirão Preto-SP
Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara
Rua Padre Duarte, nº 1323, Centro - Araraquara-SP.
Fones: (16) 3322-2244
E-mail: sfinancas.araraquara@policiacivil.sp.gov.br

2	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Cândido Rodrigues	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
3	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Dobrada	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
4	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Fernando Prestes	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
5	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) ao 1º Distrito Policial de Matão e Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Matão	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
TOTAL						R\$ 43.362,85

GRUPO 3 - REGIÃO DE IBITINGA

ITENS	MATERIAL	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Borborema	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 3 – Ribeirão Preto-SP
Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara
Rua Padre Duarte, nº 1323, Centro - Araraquara-SP.
Fones: (16) 3322-2244
E-mail: sfinancas.araraquara@policiacivil.sp.gov.br

2	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Itápolis	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
3	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Nova Europa	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
4	Câmera Vídeo De Segurança (equipamentos e instalação) a Delegacia de Polícia de Tabatinga	Compras 628194 BEC 4773829	Kit	1*	8.672,57	8.672,57
TOTAL						R\$ 34.690,28

*Cada Kit contempla 08 (oito) câmeras de segurança, 01 (um) gravador digital de vídeo (DVR) compatível com o quantitativo de câmeras instaladas e todos os materiais, acessórios e insumos necessários ao pleno funcionamento do sistema, conforme especificações do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

OBS: Para a composição da planilha orçamentária foi utilizado como método matemático mediana obtida nas pesquisas de preços

GRUPO 1 - REGIÃO DE ARARAQUARA	R\$ 60.707,99
GRUPO 2 - REGIÃO DE MATÃO E TAQUARITINGA	R\$ 43.362,85
GRUPO 3 - REGIÃO DE IBITINGA	R\$ 34.690,28

TOTAL DO PREGÃO

R\$ 138.761,12



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 3 – Ribeirão Preto-SP
Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara
Rua Padre Duarte, nº 1323, Centro - Araraquara-SP.
Fones: (16) 3322-2244
E-mail: sfinancas.araraquara@policiacivil.sp.gov.br

Araraquara, 15 de maio de 2026

Elaborado por:

DALMIR ROGERIO Assinado de forma digital
CAPUCCI:174251 por DALMIR ROGERIO
26826 CAPUCCI:17425126826
Dados: 2026.05.15
14:45:43 -03'00'

Dalmir Rogério Capucci

Escrivão de Polícia

De Acordo:

FERNANDO Assinado de forma
LUIZ digital por FERNANDO
LUIZ
GIARETTA:0264 GIARETTA:02643296869
3296869 Dados: 2026.05.15
14:45:43 -03'00'

Fernando Luiz Giaretta

Delegado de Polícia Seccional